Tribunal Regional Eleitoral
do Maranhão

Plano Estratégico

2021-2026

PODER JUDICÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO

Tribunal Pleno

Desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos
Presidente

Desembargadora Angela Maria Moraes Salazar
Vice-Presidente / Corregedora

Dr. Ronaldo Castro Desterro e Silva
Juiz Federal

Dra. Lavínia Helena Macedo Coelho
Juíza de Direito, Diretora da Escola Judiciária Eleitoral

Dr. Cristiano Simas de Sousa
Juiz de Direito, Ouvidor Eleitoral

Dr. Luis Fernando Xavier Guilhon Filho
Jurista

Gilson Ramalho de Lima
Jurista

ADMINISTRAÇÃO

Dr. Luann de Matos Oliveira Soares
Diretor-Geral

Danyelle Bitencourt Athayde Ribeiro
Assessora-Chefe da Corregedoria

Débora Márcia Soares Véras
Secretária de Administração e Finanças

Gualter Gonçalves Lopes Júnior
Secretário de Tecnologia da Informação

Carlos Eduardo Dias Almeida
Secretário Judiciário

Guilberth Marinho Garcês
Secretário de Gestão de Pessoas

EQUIPE TÉCNICA

Karla de Faria Abdala Félix
Coordenadora de Planejamento, Estratégia e Gestão (COPEG)

Carlos Antonio Frazão Martins
Estagiário da COPEG

Fernando Neves da Costa e Silva Filho
Chefe da Seção de Planejamento e Desenvolvimento (SEPLA)

Marina Mota França
Estagiária da SEPLA

Franklin de Araújo Sousa
Chefe da Seção de Pesquisa e Estatística (SEPEQ)

Edineide Sales Braga
Assistente da Seção de Pesquisa e Estatística

Charles Vinicius Vieira de Araújo
Estagiário da SEPEQ

EDITORAÇÃO

Karla de Faria Abdala Félix
Elaboração do Conteúdo

Lourival Osvaldo Campos
Cristina Pérola Soares Campos
Design e Layout do Texto

Diana Sousa Silva de Macedo
Revisão

Maria Izabel Everton Álvares
Ficha Catalográfica

Maranhão. Tribunal Regional Eleitoral
Plano Estratégico 2021-2026 / Coordenadoria de Planejamento, Estratégia e Gestão - COPEG. - São Luís: TRE/MA, 2021.

44p.

1. Plano Estratégico (2021 -2026) - TRE/ MA.
2. Coordenadoria de Planejamento, Estratégia e Gestão – COPEG.
I. Título

CDU 65.012.2 (060.1/.9)

SUMÁRIO

Apresentação Presidente..... 4

Histórico de Planejamento Estratégico..... 4

Metodologia..... 8

Identidade Estratégica..... 12

- Missão..... 12
- Visão..... 12
- Valores..... 13
- Mapa Estratégico..... 15

Objetivos Estratégicos..... 17

- Listas de objetivos organizados por perspectivas..... 17
- Vinculação com os direcionadores estratégicos..... 22
  - Estratégia Nacional do Poder Judiciário..... 22
  - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS..... 25
  - Indíce de Governança e Gestão do TCU - IGG..... 27

Indicadores Estratégicos..... 30

- Visão geral dos indicadores por objetivo..... 30
- Indicadores por área responsável..... 34

Iniciativas Estratégicas..... 39

- Lista de Iniciativas por objetivo..... 39

Apresentação

Plano Estratégico 2021-2026

A elaboração do Plano Estratégico do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão para o período de 2021 a 2026 apresentou-se como um grande desafio, considerando a realidade imposta pela pandemia. Entretanto, apesar da mudança na rotina organizacional em 2020, todos os obstáculos foram superados, e hoje apresentamos este documento como produto da dedicação do corpo funcional deste Regional.

O Plano Estratégico 2021-2026, além de estar alinhado à Estratégia Nacional do Poder Judiciário, reúne o que há de mais atual em termos de gestão, de acordo com instrumentos de autoavaliação e recomendações dos órgãos de controle para a melhoria dos processos de governança e gestão.

Na formulação da Estratégia 2021-2026, o grande diferencial foi a realização do diagnóstico dos ambientes interno e externo por meio de instrumentos de pesquisas online. Foi garantida a participação de todos os colaboradores, dirigentes e sociedade civil, visando obter a percepção quanto a atuação do órgão em aspectos de efetividade, tempestividade, modernidade, segurança e confiabilidade, comunicação, ética, transparência e credibilidade, além de opinar sobre o propósito de existência da instituição.

A definição de nossos objetivos, ações estratégicas e indicadores de controle, reflete o compromisso com a nossa missão institucional e visão de futuro, e está fundamentada nos princípios da administração pública, transparência, integridade, inovação, sustentabilidade, acessibilidade e segurança jurídica e digital.

Esse plano é fruto de uma reflexão colaborativa e tem por finalidade garantir o fortalecimento da democracia, através da condução de um processo eleitoral legítimo, em todas as suas etapas, prestando à sociedade maranhense um serviço de excelência.

Des. José Joaquim Figueiredo dos Anjos
Presidente do TRE-MA

Histórico

Plano Estratégico

2007 - 2008 - 2009/2011

2007

O ano de 2007 foi marcado pela realização do Seminário “Planejamento pelas Diretrizes”, evento no qual os gestores e servidores do TRE-MA levantaram a análise de cenários e definiram os norteadores estratégicos (MVV), objetivos e metas que subsidiaram o desenvolvimento do esboço de um primeiro planejamento de longo prazo do órgão. Nesse período, destacou-se a adesão ao Gespública (antigo Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização), o aperfeiçoamento do LOGUS (sistema de controle de urnas e armazenamento de suprimentos), criação do Programa de Ginástica Laboral, implementação do Núcleo de EAD, realização da Pesquisa de Satisfação do Atendimento Central do Fórum Eleitoral da Capital e parcerias com projetos sociais como: Voto Jovem na Escola, Plante Verde-Doe Vida, TREcológico, Natal Solidário, entre outros.

2008

Em 2008, iniciou-se a elaboração do primeiro Plano Estratégico do Tribunal: 2009 - 2011. Para tanto, os gestores e servidores participaram de palestras e seminários relacionados a esse tema, ocasião em que passaram a compreender sua importância para o alcance de melhores resultados. Neste mesmo ano, o TRE-MA iniciou o POPE - Plano Operacional para as Eleições, que objetivou melhorar os processos críticos das eleições e documentar seus modos operandi, pois, apesar de estarem identificados, ainda não havia um planejamento operacional sistematizado.

2009
2011

No 2° Encontro Nacional do Poder Judiciário, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em fevereiro de 2009, foram estabelecidas metas de nivelamento, buscando proporcionar maior agilidade e eficiência à tramitação dos processos, melhorar a qualidade do serviço jurisdicional prestado e ampliar o acesso do cidadão brasileiro à justiça. Cabe ressaltar, a meta 1 de 2009: Desenvolver e/ou alinhar planejamento estratégico plurianual (mínimo de 05 anos) aos objetivos estratégicos do Poder Judiciário, com aprovação no Tribunal Pleno ou Órgão Especial.

Além disso, em março de 2009, o CNJ publicou a Resolução 70, que versava sobre o Planejamento e a Gestão Estratégica no âmbito do Poder Judiciário e sistematizou os primeiros componentes aplicáveis aos Tribunais Eleitorais como: missão, visão, valores, macrodesafios, indicadores, projetos etc.

Nesse contexto, em junho de 2009, visando demonstrar a situação de cada ramo da Justiça, além de promover o compartilhamento de boas práticas, todos os assessores de planejamento estratégico dos 91 órgãos do Poder Judiciário foram convocados pelo CNJ para uma reunião técnica visando cumprir o previsto na citada Resolução nº 70. Assim, foi iniciando um trabalho em conjunto do TSE e TREs, com apoio do CNJ, o que não havia sido feito em nenhum outro segmento da Justiça.

Histórico

Plano Estratégico

Plano Estratégico 2010-2014

PLANO ESTRATÉGICO 2010-2014

RES. TRE-MA 7745/2009

O Planejamento Estratégico 2010-2014 do TRE-MA foi fruto de um trabalho realizado em conjunto pelo TSE, CNJ e todos os TREs. Tudo iniciou com a publicação da Resolução CNJ 70, determinando que, até o final daquele ano, o planejamento estratégico de todos os órgãos do Poder Judiciário fosse de, no mínimo, 5 (cinco) anos.

Apesar desse direcionamento construído em 2009, tudo ainda era novidade para a maioria dos servidores do TRE-MA. Na verdade, não estava claro para eles como poderiam tornar realidade tudo o que havia sido planejado. Assim, em 2010, foi realizado um curso de Balanced Scorecard para 30 participantes, com o intuito de nivelar o conhecimento e demonstrar a importância da gestão da estratégia para as organizações, além de fomentar a multiplicação desse conteúdo.

Em 2010, cumprindo recomendação prevista no art. 5º da Resolução CNJ 70/2009, o TRE-MA iniciou a realização de Reuniões de Análise da Estratégia (RAEs). Nesse sentido, com a intenção de impulsionar a gestão da estratégia, instituiu, em 2011, o Comitê de Gestão Estratégica (CGE), com o objetivo de monitorar e deliberar questões relacionadas ao tema, além de diligenciar propostas de melhorias para o órgão.

O TSE determinou, em 2012, por meio da Resolução 23.371/2012, que os TREs adequassem seus planos estratégicos ao Planejamento Estratégico da Justiça Eleitoral, até 30 de dezembro daquele ano, respeitando a obrigatoriedade de incorporação dos objetivos, metas e indicadores obrigatórios.

Com o propósito de atender as recomendações do CNJ para 2013, o TRE-MA deu continuidade ao projeto já iniciado de revisão da Estratégia, objetivando impulsionar as ações do órgão, além de aprimorar a conscientização e sensibilização relativa à gestão da estratégia, por meio da implementação de um plano de comunicação que facilitasse o entendimento e contribuísse para o envolvimento de todos.

Histórico

Plano Estratégico

Plano Estratégico 2015-2020

PLANO ESTRATÉGICO 2015-2020

RES. TRE-MA 8658/2015

Em 2014, o CNJ definiu a estratégia do Poder Judiciário brasileiro a ser executada até 2020 e estabeleceu a obrigação de que todos os tribunais do Judiciário brasileiro publicassem, até março de 2015, seus respectivos planos estratégicos, alinhados ao do Judiciário, por meio da Resolução 198/2014.

Diante disso, considerando que no Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE-MA) a maioria dos indicadores e metas já haviam sido estabelecidos, restava pendente a definição das ações e projetos. Nesse contexto, cientes dos resultados dos trabalhos de autoavaliação de controles (CSA-Levantamentos de Governança) do Tribunal de Contas da União (TCU), que fomentam práticas de estágio avançado de gestão e governança, foram realizadas reuniões com as áreas técnicas de pessoas, aquisições, TI, gestão, estratégica e comunicação para análise dos diagnósticos obtidos em cada um desses levantamentos específicos.

Observou-se que os itens com respostas: “não adota”, ou “adota parcialmente a prática” ou “pretende adotar a prática” sinalizavam o que era preciso desenvolver para melhorar a gestão e a governança. Assim, para cada item evidenciado, foi realizada a seguinte rotina.

Inicialmente, fez-se a análise da real necessidade de o órgão implementar tal prática. Evidenciada a demanda, houve a definição de prazos (mês e ano de início e fim), em que tais práticas deveriam ser desenvolvidas, considerando o período de vigência do plano: 2015 a 2020, além da designação dos responsáveis e a vinculação ao macrodesafio correspondente.

Dessa forma, além de aprimorar a gestão e a governança do órgão, foi possível alinhar-se à estratégia do Judiciário, atendendo às determinações do CNJ e às recomendações do TCU. O método adotado pelo TRE-MA, que utilizou o diagnóstico obtido por meio dos levantamentos de gorvenança do TCU como subsídio para a melhoria dos processos de governança e gestão pode ser replicado por diversos órgãos, por sua facilidade de implantação e de adaptabilidade às particularidades institucionais.

Durante o sexênio, foram desenvolvidos Planos de Diretrizes para revisar a estratégia, sempre que necessário, considerando as deliberações provenientes das RAEs e buscando atender às contínuas demandas.

Metodologia

BSC

A Resolução CNJ nº 325, de 29 de junho de 2020, instituiu a Estratégia Nacional do Poder Judiciário para o sexênio 2021-2026, atualizando o contexto de todo o Poder Judiciário, especialmente os macrodesafios nacionais. Alinhado à essa Resolução, o TRE-MA iniciou, em 2021, a revisão de seu planejamento estratégico para o período.

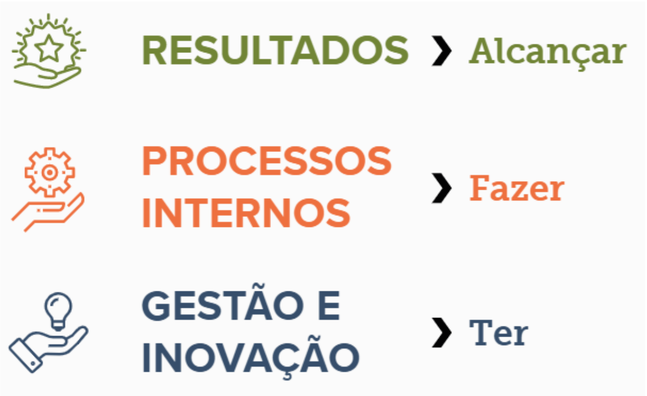
Balanced Scorecard (BSC)

Foi mantida a metodologia BSC (Balanced Scorecard), adotada pelo Tribunal desde 2009, que preconiza a necessidade de criação de objetivos e indicadores estratégicos balanceados em três perspectivas, adaptadas para setor público: resultados, processos internos e gestão e inovação.

Na perspectiva de Resultados se define o desempenho finalístico da organização, grandes desafios a serem alcançados e que servem como meta principal para os demais objetivos.

Na perspectiva de Processos Internos se define o que fazer, isto é, quais processos internos terão que ser modificados (ou criados) para que os resultados sejam alcançados.

Na perspectiva de Gestão e Inovação se define os aspectos base, o que a organização precisa ter para que os outros objetivos sejam alcançados; devem considerar o desenvolvimento de pessoas, tecnologias e infraestrutura.



Metodologia

Direcionadores

Direcionadores Estratégicos

Os direcionadores estratégicos são as principais referências e norteadores da organização na hora de definir seus principais objetivos e resultados. Em outras palavras, significa aquilo que a organização não pode deixar de considerar ao formular sua estratégia. Os direcionadores estratégicos estão relacionados, principalmente, às necessidades dos clientes e aos comandos legais que regem a organização.

Os principais direcionadores utilizados na formulação da presente estratégia foram:

Estratégia Nacional do Judiciário

A Estratégia Nacional do Judiciário, instituída por meio da Resolução CNJ nº 325, de 29 de junho de 2020, que visa a implementação de diretrizes nacionais para nortear a atuação institucional dos órgãos do judiciário.

A citada norma orienta que os órgãos do Judiciário deverão alinhar seus respectivos planos estratégicos à Estratégica Nacional do Poder Judiciário 2021-2026, principalmente no que tange ao conteúdo temático dos Macrodesafios, que foram definidos para a Justiça Eleitoral.

Metodologia

iGG e *SWOT*

Índice Integrado de Governança e Gestão

A Governança na administração pública tem relação com as práticas e sistemas que demonstram a capacidade de uma organização em formular, planejar, programar e cumprir suas funções visando ao bem-estar da sociedade, ou seja, a capacidade que ela tem de produzir e entregar resultados, ou benefícios para sociedade, de forma eficiente e com riscos bem geridos.

O iGG – Índice de Governança e Gestão, índice criado pelo Tribunal de Contas da União, composto pelos índices de: governança pública; gestão de pessoas; gestão de TI; e gestão de contratações, tem o objetivo de estimular as organizações públicas a adotarem boas práticas de governança. Para isso, realiza levantamentos para conhecer melhor a situação da governança de cada órgão federal, por meio de instrumento de autoavaliação.

O mais recente levantamento de governança, realizado entre os meses de abril e junho de 2021, foi importante direcionador da estratégia atual, considerando que o instrumento possibilitou ao TRE-MA identificar as principais lacunas referente à adoção de boas práticas de governança.

Diagnóstico de ambiente

O ponto inicial da formulação de uma estratégia pode ser definido como uma fase de autoconhecimento. A análise do ambiente interno e externo propicia à organização a possibilidade de conhecer melhor sua realidade, bem como permite a identificação de seus maiores talentos e de seus maiores desafios de aprimoramento, ou seja, determinar seus pontos fortes e seus pontos fracos; bem como as ameaças e oportunidades que a cerca. Ademais, esse diagnóstico, somado aos direcionadores estratégicos, dá à organização condições de aprimorar seus principais processos de trabalho, suas políticas e estruturas para alcançar seus objetivos maiores.

O TRE-MA, para realizar o estudo do ambiente interno, contou, como principal aliado e colaborador, com o seu próprio corpo técnico. A atenção dada às percepções dos servidores, dos dirigentes e dos magistrados da organização foi imprescindível para se ter a real dimensão das necessidades internas de aprimoramento desta.

Metodologia

Oficinas

Foi realizada uma ampla escuta do público interno e externo. Todos os colaboradores foram chamados a participar, por meio de instrumentos de pesquisa online, dos quais 105 responderam à consulta que teve por objetivo identificar pontos fortes e fracos da instituição, possíveis ameaças e oportunidades, riscos, desafios e prioridades. Além disso, 16 dirigentes do Tribunal foram entrevistados.

A sociedade também foi chamada a participar do diagnóstico, para responder sobre a percepção quanto à atuação do Tribunal em aspectos de efetividade, tempestividade, modernidade, segurança e confiabilidade, comunicação, ética, transparência e credibilidade; e a opinar sobre o propósito de existência da instituição. Nessa etapa participaram 176 respondentes.

Oficinas de planejamento

A etapa seguinte foi um ciclo de oficinas de planejamento, com participação de representantes das unidades do TRE-MA, com o objetivo de analisar, debater e construir os elementos do planejamento.

As oficinas promoveram uma sinergia de ideias e pontos de vista que enriqueceram a definição dos artefatos do planejamento e tornaram o resultado do processo o mais legítimo e próximo às necessidades do órgão.

Por fim, os produtos gerados nas oficinas foram apresentados ao Conselho Gestor para validação.

Os produtos das oficinas foram:

1. Diagnóstico de ambiente (Matriz SWOT)
2. Referencial Estratégico
3. Objetivos estratégicos (Mapa)
4. Indicadores estratégicos
5. Iniciativas estratégicas

Identidade Estratégica

Missão - Visão

O alicerce de um planejamento estratégico pressupõe a declaração dos enunciados de Missão e Visão institucionais, elementos que sedimentam e norteiam a unidade das ações e projetos pensados pelas diversas áreas, alinhando-os à razão de ser do órgão e à sua constante busca por um lugar no cenário ideal perante a sociedade.

Missão

Representa o propósito de uma organização, ou seja, porque faz o que a organização faz hoje, em benefício de quem e visando produzir qual impacto na sociedade. Deve responder à seguinte questão: “por que ou para que existimos?”.

A missão está ligada diretamente aos objetivos institucionais e aos motivos pelos quais a organização foi criada, na medida em que representa a sua razão de ser. Não deve ser confundida com os processos de trabalho ou produtos por ela ofertados.

MISSÃO Garantir a legitimidade do processo eleitoral ›

MISSÃO
Fortalecer a democracia por meio do processo eleitoral

A missão do TRE-MA sofreu uma atualização justamente para explicitar a finalidade de seu principal processo de trabalho: o processo eleitoral; que é fortalecer a democracia em prol de toda sociedade.

Visão

Expressão que traduz a situação futura desejada para a instituição. A visão é estabelecida sobre os fins da instituição e corresponde à direção suprema que a organização busca alcançar. É um plano, uma ideia que descreve o que a organização quer realizar objetivamente num prazo determinado (geralmente 5 a 10 anos). É mutável por natureza, pois representa algo concreto a ser alcançado.

Identidade Estratégica

Visão e Valores

A visão de futuro é construída a partir dos sinais de mudança, identificando oportunidades e ameaças, e direciona os esforços, inspirando e transformando produtivamente as ações em prol da missão. A busca sistemática da realização desse sonho é o que deve manter a organização viva. É o que a energiza e inspira, impulsiona a organização.

VISÃO DE FUTURO

Ser modelo de excelência na gestão do processo eleitoral

VISÃO

Ser reconhecido pela excelência do processo eleitoral

A visão de futuro traçada pelo TRE-MA para o sexênio 2021-2026 inspira a busca constante pela excelência na realização do processo eleitoral no Estado do Maranhão a ponto de ser reconhecida e apreciada pela sociedade.

Valores

Os valores organizacionais representam os princípios que devem nortear as ações e a conduta de servidores, magistrados e demais colaboradores ligados a uma instituição pública. São os valores, portanto, que se consubstanciam em conjunto de crenças que orientam e informam as atividades e comportamentos dos colaboradores. Caracterizando-se como traços culturais aceitos e estimulados por todos.

VALORES

Ser acessível
Ser célere
Ser ético
Ser inovador
Ser transparente
Ter credibilidade

VALORES

Ética
Transparência
Efetividade
Inovação
Diversidade e Inclusão
Responsabilidade socioambiental

Identidade Estratégica

Valores

O TRE-MA consolidou ainda mais seus valores institucionais de Ética, Transparência e Inovação, além disso reconheceu e abraçou os valores da Efetividade, Diversidade e Inclusão e Responsabilidade socioambiental.

ÉTICA	Primar pelo respeito aos valores e princípios constitucionais
TRANSPARÊNCIA	Assegurar a publicidade como regra, disponibilizando aos públicos interno e externo, de forma ampla e transparente, as informações institucionais
EFETIVIDADE	Compatibilizar a eficiência e a eficácia de sua atuação em prol dos melhores resultados para sociedade
INOVAÇÃO	Aprimorar constantemente o processo eleitoral, apoiando na busca de novas tecnologias, primando pela segurança
DIVERSIDADE E INCLUSÃO	Valorizar a pluralidade da sociedade e assegurar inclusão a todos os cidadãos
RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL	Buscar uma atuação preocupada com a sustentabilidade socioambiental

Mapa Estratégico

Os modelos de gestão de desempenho destinados a implementar a estratégia da organização devem possibilitar traduzi-la para todos os níveis da instituição, tornando-a capaz de atuar efetiva e conscientemente em prol da realização dos objetivos definidos.

A implementação da estratégia exige que unidades e servidores estejam alinhados e compromissados com o referencial estratégico institucional. Para assegurar tal conexão, a organização deve dispor de processo de comunicação eficaz que retrate a forma pela qual as ações da organização se convertem em resultados que maximizem o cumprimento da missão institucional. Para tanto, constrói-se o mapa estratégico, ferramenta visual que apresenta, de forma lógica e estruturada, a estratégia da organização.

O mapa estratégico traduz a missão, a visão e a estratégia da organização em um conjunto abrangente de objetivos que direcionam o comportamento e o desempenho institucionais. Os propósitos do mapa são definir e comunicar, de modo claro e transparente a todos os níveis gerenciais e servidores, o foco e a estratégia de atuação escolhidos pelo TRE-MA e a forma como suas ações impactam o alcance dos resultados desejados.

Mapa Estratégico

2021 - 2026

VALORES

- Ética
- Inovação
- Efetividade
- Transparência
- Diversidade e Inclusão
- Responsabilidade socioambiental

MISSÃO
Fortalecer a democracia por meio do processo eleitoral

VISÃO
Ser reconhecido pela excelência do processo eleitoral

PERSPECTIVA DE RESULTADOS

- Garantir a efetiva participação popular no processo eleitoral
- Garantir a legitimidade do processo eleitoral
- Assegurar o atendimento de excelência

PERSPECTIVA DE PROCESSSOS INTERNOS

- Fortalecer o combate à fraude e corrupção no processo eleitoral
- Realizar eleições céleres, seguras e transparentes
- Assegurar efetividade e integridade da prestação jurisdicional
- Implementar mecanismos de integridade institucional
- Evidenciar à sociedade a celeridade, segurança e transparência do processo eleitoral

PERSPECTIVA DE GESTÃO E INOVAÇÃO

- Implementar política de gestão de pessoas
- Promover a gestão do conhecimento
- Fortalecer a governança institucional
- Aprimorar a gestão orçamentária e financeira
- Aprimorar a Infraestrutura e governança de TIC
- Promover transformação digital e inovações tecnológicas
- Promover a proteção de dados e segurança cibernética

Objetivos Estratégicos

Por Perspectiva

Os objetivos estratégicos constituem elo entre as diretrizes da instituição e seu referencial estratégico. Determinam o que deve ser feito para que a organização cumpra sua missão e alcance sua visão de futuro. Traduzem as demandas e expectativas da sociedade, do Estado e demais partes interessadas, os desafios a serem enfrentados pelo Tribunal no cumprimento do papel institucional que lhe é reservado. Para tanto, o TRE-MA orientará seus esforços de acordo com os objetivos estratégicos definidos neste plano.

Objetivos de Resultados

Na perspectiva de Resultados encontram-se os objetivos que definem o desempenho finalístico da organização, seus grandes resultados a serem alcançados.

Garantir a efetiva participação popular no processo eleitoral

Compreende o desafio de garantir a soberania popular, prevista no art. 14 da Constituição Federal, assegurando todas as condições técnicas, logísticas e legais para a efetiva participação do cidadão no processo eleitoral. Esse objetivo está diretamente vinculado aos macrodesafios “garantia dos direitos fundamentais” e “fortalecimento da relação institucional do judiciário com a sociedade”, previstos na Estratégia Nacional do Poder Judiciário.

Garantir a legitimidade do processo eleitoral

Consiste em entregar para a Sociedade uma das principais expectativas em relação a atuação da Justiça eleitoral, o processo eleitoral legítimo em todas as suas fases, sem vícios, ilegalidades ou qualquer outro tipo de irregularidade, possibilitando que os resultados representem o desejo do cidadão no exercício do direito de escolha e seus representantes. Esse objetivo impacta o macrodesafio “enfrentamento à corrupção, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais” presente na Estratégia Nacional do Judiciário.

Objetivos Estratégicos

Por Perspectiva

Assegurar o atendimento de excelência

Corresponde a prestar o melhor atendimento possível para todas as partes interessadas, com a adoção de tecnologias, estratégias de comunicação ou outras que visem o atendimento com excelência e consequente “fortalecimento da relação institucional do Poder Judiciário com a Sociedade” e “aperfeiçoamento da gestão adminstrativa e da gorvernaça judiciária”, macrodesafio presente na Estratégia Nacional do Judiciário.

Objetivos de Processos Internos

Na perspectiva de Processos Internos são definidos os objetivos que estabelecem o que fazer, isto é, quais processos internos terão que ser priorizados para que os resultados sejam alcançados.

Fortalecer o combate à fraude e corrupção no processo eleitoral

Envolve um conjunto de ações que visam a proteção e lisura nos processos eleitorais, à preservação da probidade administrativa e à persecução dos crimes contra a administração pública e eleitorais, entre outros, compreendendo desde a fase de prevenção, detecção e punição. Esse objetivo está diretamente relacionado com o macrodesafio “enfrentamento à corrupção, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais”, presente na Estratégia Nacional do Judiciário.

Realizar eleições céleres, seguras e transparentes

Objetiva assegurar que o processo eleitoral seja ágil, com segurança jurídica durante todas as fases do processo. Está relacionado a objetivos e iniciativas que visem garantir à sociedade o aprimoramento contínuo da segurança dos pleitos eleitorais, com utilização de tecnologias e com a melhoria de processos de trabalho. Esse objetivo está diretamente relacionado com o macrodesafio “enfrentamento à corrupção, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais” e “aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária” da Estratégia Nacional do Judiciário.

Objetivos Estratégicos

Por Perspectiva

Assegurar efetividade e integridade da prestação jurisdicional

Intenciona garantir a prestação jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica e procedimental na tramitação dos processos judiciais. Relaciona-se também com a busca da organização em assegurar a integridade em todos os seus processos internos. Esse objetivo está diretamente relacionado com o macrodesafio “agilidade e produtividade na prestação jurisdicional”, presente na Estratégia Nacional do Judiciário.

Implementar mecanismos de integridade institucional

Agrega o conjunto de práticas da instituição para detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, é representado pelo conjunto de atos que visem à proteção da coisa pública, à integridade nos processos eleitorais, à preservação da probidade administrativa internamente e externamente ao enfrentamento dos crimes eleitorais e contra a administração pública. Está associado ao macrodesafio “enfrentamento à corrupção, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais” e “prevenção de litígios e adoção de soluções consensuais para os conflitos”, presente na estratégia nacional do judiciário.

Evidenciar à sociedade a celeridade, segurança e transparência do processo eleitoral

Trata-se de fazer com que a sociedade perceba a legitimidade, celeridade e transparência do processo eleitoral, fortalecendo o papel do TRE-MA como órgão garantidor de direitos e fortalecedor da democracia. Esse objetivo está diretamente relacionado com o macrodesafio “fortalecimento da relação institucional do poder judiciário com a sociedade” e “garantia dos direitos fundamentais”, presente na estratégia nacional do judiciário.

Objetivos Estratégicos

Por Perspectiva

Objetivos de Gestão e Inovação

Na perspectiva de Gestão e Inovação estão os objetivos que visam assegurar os alicerces da organização relativos a pessoas, tecnologias e infraestrutura. O que precisa ter para que os outros objetivos sejam alcançados.

Efetivar a política de gestão de pessoas

Compreende políticas, métodos e práticas adotados na gestão de comportamentos internos, objetivando potencializar o capital humano nos órgãos do Poder Judiciário. Considera programas e ações relacionados à avaliação e ao desenvolvimento de competências gerenciais e técnicas dos servidores e magistrados; à valorização dos colaboradores; à humanização nas relações de trabalho; ao estabelecimento de sistemas de recompensas, à modernização das carreiras e à adequada distribuição da força de trabalho. Esse objetivo está diretamente relacionado com o macrodesafio "aperfeiçoamento da gestão de pessoas", presente na Estratégia Nacional do Judiciário.

Promover a gestão do conhecimento

Refere-se a ao desafio de disseminação e registro do conhecimento institucional, e práticas estruturadas e integradas de gestão do conhecimento como forma de conferir maior eficiência, eficácia e efetividade ao processo eleitoral e também assegurar o aperfeiçoamento técnico do TRE-MA. Esse objetivo relacionado com o macrodesafio "aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária", presente na Estratégia Nacional do Judiciário.

Fortalecer a governança institucional

Visa à eficiência operacional, à transparência institucional, ao fortalecimento da autonomia administrativa e à adoção das melhores práticas de tomada de decisão, seleção de corpo técnico, comunicação da estratégia, de gestão documental, da informação, de processos de trabalho e de projetos. Esse objetivo relacionado com o macrodesafio "aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária", presente na Estratégia Nacional do Judiciário.

Objetivos Estratégicos

Por Perspectiva

Aprimorar a gestão orçamentária e financeira

Trata-se da adequação dos gastos ao atendimento das necessidades prioritárias e essenciais dos órgãos da justiça, para se obter os melhores resultados com os recursos aprovados nos orçamentos. Esse objetivo está diretamente relacionado com o macrodesafio “aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira”, presente na Estratégia Nacional do Judiciário.

Aprimorar a infraestrutura e governança de TIC

Refere-se a programas, projetos, ações e práticas que visem ao fortalecimento das estratégias digitais do Poder Judiciário e à melhoria da governança de TIC, com a finalidade de prover o processo eleitoral de tecnologia que possibilite a operacionalização do processo eleitoral e prestação jurisdicional de forma célere e transparente. Esse objetivo está diretamente relacionado com o macrodesafio “fortalecimento da estratégia nacional de TIC e de proteção de dados”, presente na Estratégia Nacional do Judiciário.

Promover transformação digital e inovações tecnológicas

Envolve programas, projetos, ações e práticas que visem que a organização esteja disponibilizando serviços digitais ao cidadão e sistema essenciais da justiça, promovendo a satisfação dos usuários por meio de inovações tecnológicas. Esse objetivo está diretamente relacionado com o macrodesafio “fortalecimento da estratégia nacional de tic e de proteção de dados” e “aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária”, presente na Estratégia Nacional do Judiciário.

Promover a proteção de dados e segurança cibernética

Engloba programas, projetos, ações e práticas que visem a garantir a proteção aos dados organizacionais com integridade, confiabilidade, confidencialidade, integração e disponibilidade das informações, em acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados e outras normas de governança de dados existentes. Esse objetivo está diretamente relacionado com o macrodesafio “fortalecimento da estratégia nacional de tic e de proteção de dados”, presente na Estratégia Nacional do Judiciário.

Vinculação com a Estratégia Nacional do Poder Judiciário

Perspectiva Sociedade | Perspectiva Processos Internos | Perspectiva Aprendizado e Crescimento

PERSPECTIVA DE GESTÃO E INOVAÇÃO

Efetivar política de gestão de pessoas	Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas
Promover a gestão do conhecimento	Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária
Fortalecer a governança institucional	Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária
Aprimorar a gestão orçamentária e financeira	Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira
Aprimorar a Infraestrutura e governança de TIC	Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de proteção de dados
Promover transformação digital e inovações tecnológicas	Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de proteção de dados
Promover a proteção de dados e segurança cibernética	Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de proteção de dados

Vinculação com a Estratégia Nacional do Poder Judiciário

Perspectiva Sociedade | Perspectiva Processos Internos | Perspectiva Aprendizado e Crescimento

PERSPECTIVA DE PROCESSOS INTERNOS

Fortalecer o combate à fraude e corrupção no processo eleitoral
- Enfrentamento à corrupção, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais

Realizar eleições céleres, seguras e transparentes
- Enfrentamento à corrupção, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais
- Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária

Assegurar efetividade e integridade da prestação jurisdicional
- Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional

Implementar mecanismos de integridade institucional
- Enfrentamento à corrupção, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais
- Prevenção de litígios e adoção de soluções consensuais para os conflitos

Evidenciar à sociedade a celeridade, segurança e transparência do processo eleitoral
- Garantia dos direitos fundamentais
- Fortalecimento da Relação Institucional do Judiciário com a sociedade

Vinculação com a Estratégia Nacional do Poder Judiciário

Perspectiva Sociedade | Perspectiva Processos Internos | Perspectiva Aprendizado e Crescimento

PERSPECTIVA DE RESULTADOS

Garantir a efetiva participação popular no processo eleitoral
- Garantia dos Direitos Fundamentais
- Fortalecimento da Relação Institucional do Judiciário com a sociedade

Garantir a legitimidade do processo eleitoral
- Enfrentamento à corrupção, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais

Assegurar o atendimento de excelência
- Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária
- Fortalecimento da Relação Institucional do Judiciário com a sociedade

Vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS

PERSPECTIVA DE GESTÃO E INOVAÇÃO

Efetivar política de gestão de pessoas	3 SAÚDE E BEM-ESTAR; 5 IGUALDADE DE GÊNERO; 10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES; 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES
Promover a gestão do conhecimento	4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE; 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES
Fortalecer a governança institucional	9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA; 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES; 17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO
Aprimorar a gestão orçamentária e financeira	9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA; 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES
Aprimorar a Infraestrutura e governança de TIC	9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA; 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES; 17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO
Promover transformação digital e inovações tecnológicas	9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA; 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES; 17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO
Promover a proteção de dados e segurança cibernética	9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA; 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES; 17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

Vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS

PERSPECTIVA DE PROCESSOS INTERNOS

- Fortalecer o combate à fraude e corrupção no processo eleitoral
- Implementar mecanismos de integridade institucional
- Realizar eleições céleres, seguras e transparentes
- Evidenciar à sociedade a celeridade, segurança e transparência do processo eleitoral
- Assegurar efetividade e integridade da prestação jurisdicional

PERSPECTIVA DE RESULTADOS

- Garantir a efetiva participação popular no processo eleitoral
- Garantir a legitimidade do processo eleitoral
- Assegurar o atendimento de excelência

Vinculação com o Índice Integrado de Governaça e Gestão do TCU - iGG

PERSPECTIVA DE GESTÃO E INOVAÇÃO

Efetivar política de gestão de pessoas	iGovPessoas e iGestPessoas
Promover a gestão do conhecimento	iGG e iGovPub
Fortalecer a governança institucional	iGG e iGovPub
Aprimorar a gestão orçamentária e financeira	iGest Orçamentária
Aprimorar a Infraestrutura e governança de TIC	iGovTI e iGestTI
Promover transformação digital e inovações tecnológicas	iGovTI e iGest
Promover a proteção de dados e segurança cibernética	iGovTI e iGestTI

Vinculação com o Índice Integrado de Governaça e Gestão do TCU - iGG

PERSPECTIVA DE PROCESSOS INTERNOS

Fortalecer o combate à fraude e corrupção no processo eleitoral	iGG
Realizar eleições céleres, seguras e transparentes	iGG
Assegurar efetividade e integridade da prestação jurisdicional	iGG
Implementar mecanismos de integridade institucional	iGG e iGovPub
Evidenciar à sociedade a celeridade, segurança e transparência do processo eleitoral	iGG

Vinculação com o Índice Integrado de Governaça e Gestão do TCU - iGG

PERSPECTIVA DE RESULTADOS

Garantir a efetiva participação popular no processo eleitoral — iGovPessoas

Garantir a legitimidade do processo eleitoral — iGG

Assegurar o atendimento de excelência — iGG

Indicadores Estratégicos

Visão geral dos indicadores por objetivo

PERSPECTIVA DE GESTÃO E INOVAÇÃO

Efetivar política de gestão de pessoas

- iGest Pessoas (CNJ)
- Clima organizacional

Fortalecer a governança institucional

- Índice de governança corporativa
- Índice de maturidade em gestão de riscos
- Índice de Desempenho do Ranking da Transparência
- Índice de desempenho do Plano de Logística Sustentável
- Percentual de cumprimento do plano de ação de comunicação interna

Promover a gestão do conhecimento

- Quantidade de processos críticos mapeados e documentados
- Engajamento na disseminação de conhecimento
- Índice de adoção das práticas cadastradas no Selo Boas Práticas de Eleição

Aprimorar a gestão orçamentária e financeira

- Índice de governança das contratações
- Índice de compras compartilhadas
- Índice de dispensas de licitação
- Índice de licitações desertas e fracassadas
- Índice de aderência ao Plano Anual de Contratações
- Índice de aderência ao Planejamento orçamentário
- Índice de perdas orçamentárias
- Índice de transparência de licitações, contratos e instrumentos de cooperação
- Índice de Pagamento de Despesas

Indicadores Estratégicos

Visão geral dos indicadores por objetivo

PERSPECTIVA DE GESTÃO E INOVAÇÃO

Aprimorar a Infraestrutura e governança de TIC

- iGov TIC
- Índice de disponibilidade de serviços essenciais de TIC
- Índice de não atendimento às demandas por soluções de software
- Índice de Satisfação dos Usuários com o Suporte de TIC
- Índice de Disponibilidade da Rede de Comunicação com as Unidades Eleitorais
- Índice de satisfação dos usuários com sistemas desenvolvidos pelo TRE-MA

Promover transformação digital e inovações tecnológicas

- Índice de Adesão à LGPD
- Índice de Serviços essenciais com Gestão de Risco
- Quantidade de ações de divulgação de segurança cibernética

Promover a proteção de dados e segurança cibernética

- Índice de Serviços Digitais
- Índice de Serviços Disponibilizados em Nuvem
- Índice de Execução do Plano de Transformação Digital
- Quantidade de soluções de TI compartilhadas com outros órgãos

Indicadores Estratégicos

Visão geral dos indicadores por objetivo

PERSPECTIVA DE PROCESSOS INTERNOS

Fortalecer o combate à fraude e corrupção no processo eleitoral

- Julgar os processos relativos a crimes contra a Administração Pública à improbidade Administrativa e aos ilícitos Eleitorais (Meta 4/2021), 2º Grau
- Tempo Médio dos processos pendentes de improbidade, corrupção e crimes eleitorais (1º e 2º Graus)
- Denúncias apuradas/tratadas

Realizar eleições céleres, seguras e transparentes

- Índice de urnas substituídas
- Desempenho dos processos de eleição
- Índice de execução do Planejamento das Eleições
- Índice de utilização do código de liberação do reconhecimento digital do eleitor

Evidenciar à sociedade a celeridade, segurança e transparência do processo eleitoral

- Zonas aderentes a campanha do mesário voluntariado
- Quantidade de conteúdos relacionadas ao tema produzido pela ASCOM

Assegurar efetividade e integridade da prestação jurisdicional

- Índice de Prescrição (1º Grau)
- Taxa de congestionamento líquida (2º Grau)
- Índice de Atendimento à Demanda (1º e 2 Graus)
- Taxa de Congestionamento de Execuções Fiscais (1º Grau)
- Taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais (1º Grau)
- Percentual de auditoria das prestações de contas dos partidos políticos

Implementar mecanismos de integridade institucional

- Índice de implementação das recomendações expedidas pela Auditoria Interna
- Índice de cumprimento das determinações do CNJ
- Índice de cumprimento das determinações e recomendações expedidas pelo TCU
- Índice de execução do plano anual de auditoria
- Índice de Implementação do plano de integridade

Indicadores Estratégicos

Visão geral dos indicadores por objetivo

PERSPECTIVA DE RESULTADOS

Garantir a efetiva participação popular no processo eleitoral

- Índice de locais de votação adequados às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida
- Índice de instalações físicas adequadas as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida
- Índice de desempenho na avaliação de Cidadania
- Índice de abstenção

Garantir a legitimidade do processo eleitoral

- Índice de percepção de legitimidade da eleição (sociedade e outras instituições)
- Quantidade de conteúdos produzidos pela ASCOM relacionados ao combate à desinformação (fake news)
- Índice de transparência do processo eleitoral

Assegurar o atendimento de excelência

- Satisfação com o atendimento da Ouvidoria
- Índice de chamados à Ouvidoria finalizados em até 6 dias úteis
- Satisfação atendimento virtuais das Zonas Eleitorais

Indicadores Estratégicos

Indicadores por área responsável

Comissão de Acessibilidade e Inclusão (CAIN)

- Índice de locais de votação adequados as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida

Escola Judiciária Eleitoral (EJE)

- Índice de desempenho na avaliação de Cidadania

Núcleo Socioambiental (NSA) – DG

- Índice de desempenho do Plano de Logística Sustentável

Auditoria Interna

- Índice de execução do plano anual de auditoria
- Índice de implementação das recomendações expedidas pela Auditoria Interna
- Índice de cumprimento das determinações e recomendações expedidas pelo TCU

Ouvidoria (ORE)

- Satisfação com o atendimento da Ouvidoria
- Índice de chamados à Ouvidoria finalizados em até 6 dias úteis
- Denúncias apuradas/tratadas
- Índice de Serviços Digitais

Assessoria de Planejamento e Monitoramento de Eleições (ASPEL)

- Desempenho dos processos de eleição
- Índice de transparência dos processos de Eleição
- Índice de execução do Planejamento das Eleições
- Índice de adoção das práticas cadastradas no Selo Boas Práticas de Eleição

Indicadores Estratégicos

Indicadores por área responsável

Coordenadoria de Planejamento, Estratégia e Gestão (COPEG) - DG

- Índice de governança corporativa
- Índice de maturidade em gestão de riscos
- Engajamento na disseminação de conhecimento
- Índice de Implementação do plano de integridade
- Índice de cumprimento das determinações do CNJ
- Índice de Desempenho do Ranking da Transparência
- Quantidade de processos críticos mapeados e documentados
- Índice de percepção de legitimidade da eleição (sociedade e outras instituições)

Assessoria de Imprensa e Comunicação Social (ASCOM)

- Percentual de cumprimento do plano de ação de comunicação interna
- Quantidade de conteúdos relacionados ao tema produzido pela ASCOM
- Índice de percepção de legitimidade da eleição (sociedade e outras instituições)
- Quantidade de conteúdos produzidos pela ASCOM relacionados ao combate à desinformação (fake news)

Coordenadoria de Assuntos Judiciários e Correicionais (COJUC) – CRE

- Índice de prescrição do 1º Grau
- Índice de atendimento à demanda do 1º Grau
- Taxa de congestionamento de execuções Fiscais (1º Grau)
- Taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais (1º Grau)
- Tempo médio dos processos pendentes de improbidade, corrupção e crimes eleitorais (1º Grau)

Indicadores Estratégicos

Indicadores por área responsável

Coordenadoria de Gestão do Cadastro Eleitoral e Orientação (COGEO) – CRE

- Satisfação atendimento virtuais das Zonas Eleitorais

Coordenadoria de Jurisprudência e Apoio ao Pleno (COJAP) – SJD

- Taxa de congestionamento líquida (2º Grau)
- Índice de atendimento à demanda (2º Grau)
- Tempo médio dos processos pendentes de improbidade, corrupção e crimes eleitorais (2º Grau)
- Julgar os processos relativos a crimes contra a Administração Pública à improbidade Administrativa e aos ilícitos Eleitorais (2º Grau)

Coordenadoria de Registros Partidários, Autuação e Distribuição (CODIS) – SJD

- Percentual de auditoria das prestações de contas dos partidos políticos

Gabinete da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (GabSTIC) – STIC

- Índice de Adesão à LGPD
- Índice de Serviços essenciais com Gestão de Riscos
- Quantidade de ações de divulgação de segurança cibernética
- iGov TIC

Coordenadoria de Logística (COLOG) – STIC

- Índice de urnas substituídas

Coordenadoria de Sistemas Eleitorais (COSIS) – STIC

- Índice de abstenção
- Índice de utilização do código de liberação do reconhecimento digital do eleitor

Indicadores Estratégicos

Indicadores por área responsável

Coordenadoria de Infraestrutura e Sistemas (COINF) – STIC

- Índice de Serviços Digitais
- Índice de Serviços Disponibilizados em Nuvem
- Índice de Execução do Plano de Transformação Digital
- Índice de disponibilidade de serviços essenciais de TIC
- Índice de Satisfação dos Usuários com o Suporte de TIC
- Quantidade de soluções de TI compartilhadas com outros órgãos
- Índice de não atendimento às demandas por soluções de software
- Índice de satisfação dos usuários com sistemas desenvolvidos pelo TRE-MA
- Índice de Disponibilidade da Rede de Comunicação com as Unidades Eleitorais

Coordenadoria de Infraestrutura e Serviços Gerais (COSEG) – SAF

- Índice de instalações físicas adequadas as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida

Coordenadoria de Orçamento e Finanças (COFIN) - SAF

- Índice de aderência ao planejamento orçamentário
- Índice de perdas orçamentárias
- Índice de Pagamento de Despesas

Indicadores Estratégicos

Indicadores por área responsável

Coordenadoria de Licitações, Aquisições e Contratos (COLAC) – SAF

- Índice de compras compartilhadas
- Índice de dispensas de licitação
- Índice de governança das contratações
- Índice de licitações desertas e fracassadas
- Índice de aderência ao Plano Anual de Contratações
- Índice de transparência de licitações, contratos e instrumentos de cooperação

Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento (COEDE) – SGP

- iGest Pessoas
- Clima organizacional
- Zonas aderentes à campanha do mesário voluntário

Iniciativas Estratégicas

Iniciativas por Objetivo

PERSPECTIVA DE GESTÃO E INOVAÇÃO

Efetivar política de gestão de pessoas

- Promover a capacidade da liderança
- Aplicar modelo de gestão de competências
- Desenvolver política ou diretrizes de reconhecimento de desempenho
- Desenvolver e manter ambiente de trabalho positivo para o desempenho
- Desenvolver e implementar plano estratégico de gestão de pessoas
- Desenvolver as competências dos colaboradores e dos gestores
- Definir metodologia de distribuição da força de trabalho
- Instituir política de sucessão
- Aprimorar metodologias de capacitação

Promover a gestão do conhecimento

- Definir diretrizes básicas de gestão do conhecimento institucional
- Fomentar o compartilhamento

Iniciativas Estratégicas

Iniciativas por Objetivo

PERSPECTIVA DE GESTÃO E INOVAÇÃO

Fortalecer a governança institucional

- Reformular a estrutura orgânica do Tribunal, revisando as atribuições das unidades administrativas
- Promover a continuidade do negócio
- Mapear os processos organizacionais identifcando possíveis melhorias
- Estabelecer o modelo de governança institucional
- Promover a gestão de riscos
- Estabelecer mecanismos de governança de contratações
- Implantar o controle de qualidade

Aprimorar a gestão orçamentária e financeira

- Estabelecer o processo orçamentário organizacional
- Contemplar adequadamente as prioridades no orçamento

Promover transformação digital e inovações tecnológicas

- Fomentar soluções de inteligência artificial
- Atualizar infraestrutura de armazenamento e processamento de dados

Iniciativas Estratégicas

Iniciativas por Objetivo

PERSPECTIVA DE GESTÃO E INOVAÇÃO

Aprimorar a Infraestrutura e governança de TIC

- Impulsionar a governança de TIC
- Gerir projetos de tecnologia da informação
- Gerir serviços de tecnologia da informação
- Gerir riscos de tecnologia da informação
- Desenvolver Plano de Continuidade dos Serviços Essenciais de TIC
- Utilizar e disponibilizar ambiente de processamento com outro órgão
- Disponibilizar serviços em nuvem

Promover a proteção de dados e segurança cibernética

- Implantar serviço de backup em nuvem
- Implantar a Lei Geral de Proteção de Dados
- Desenvolver Plano de Continuidade dos Serviços Essenciais de TIC
- Promover a gestão de riscos de segurança cibernética
- Implantar metodologia de detecção de não conformidade
- Estabelecer processos e atividades para a gestão da segurança cibernética

Iniciativas Estratégicas

Iniciativas por Objetivo

PERSPECTIVA DE PROCESSOS INTERNOS

Fortalecer o combate à fraude e corrupção no processo eleitoral

- Desenvolver metodologia de detecção de não conformidade

Realizar eleições céleres, seguras e transparentes

- Desenvolver Plano de apoio às Zonas Eleitorais
- Aperfeiçoar o recrutamento/seleção do pessoal de apoio
- Aprimorar metodologias de capacitação
- Aprimorar método de segurança prévia às eleições

Assegurar efetividade e integridade da prestação jurisdicional

- Aprimorar a tempestividade e efetividade da Prestação Jurisdicional
- Aprimorar metodologia de monitoramento da Prestação Jurisdicional

Iniciativas Estratégicas

Iniciativas por Objetivo

PERSPECTIVA DE PROCESSOS INTERNOS

Implementar mecanismos de integridade institucional

- Promover a integridade
- Estabelecer o modelo de integridade organizacional

Evidenciar à sociedade a celeridade, segurança e transparência do processo eleitoral

- Implementar programa permanente de conscientização quanto ao funcionamento do processo eleitoral
- Aprimorar método de segurança prévia às eleições
- Aperfeiçoar a conformidade dos processos de eleição

Tribunal Regional Eleitoral
do Maranhão

Democracia, legitimidade e transparência